

Aos trinta dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte, pelas vinte e uma horas, reuniu-se a **Assembleia de Freguesia de Vialonga**, em **Sessão de caráter Ordinário**, por videoconferência na Freguesia de Vialonga, sob a presidência do Sr. **Fábio Mousinho Pinto** e secretariada pela Sra. 1ª secretária Joana Aruil e pela Srª Margarida Penedo, 2ª Secretária em substituição, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

**I. Período Antes da Ordem do Dia (PAOD)**

**II. Período de Intervenção do Público**

**III. Ordem do Dia**

**Ponto Um** – Apreciação da informação escrita do Sr. Presidente da Junta de Freguesia

**Ponto Dois** – Alteração ao Regulamento de Trânsito da Freguesia de Vialonga

**Ponto Três** – Atribuição de Topónimo

**Ponto Quatro** – Isenção do pagamento de taxas de publicidade no âmbito do surto coronavírus COVID 19

**Ponto Cinco** – Isenção de cobrança de renda até final do ano no âmbito do surto coronavírus COVID-19

**Ponto Seis** – Isenção de pagamento de taxas no mercado Retalhista, no âmbito do surto coronavírus COVID-19

**Ponto Sete** – Alienação de património – Abertura de concurso para venda de carrinha caixa aberta e Dumper ou autorização de abate

-----  
**Nos termos legais aplicáveis, realizaram-se as seguintes substituições:** Na bancada do Partido Socialista (PS) a eleita Carina Correia, foi substituída pela Srª Mónica Trindade e Bruno Cordeiro foi substituído pela Srª Mariana Cordeiro

**Registaram-se as presenças dos seguintes Membros da Assembleia de Freguesia:**

**Mesa:**

- Fábio Mousinho Pinto (Coligação Mais), Presidente
- Joana Aruil (CDU), 1ª Secretária
- Margarida Penedo (CDU), 2ª secretária em substituição

**Bancada da Coligação Democrática Unitária (CDU)**

- Ângela Bordalo
- Paulo Basílio
- Helena Freitas

**Bancada do Partido Socialista (PS)**

- Pedro do Canto
- Pedro Fernandes
- Mónica Trindade
- Mariana Cordeiro

**Bancada do Bloco de Esquerda (BE)**

- Lina Batista

**Bancada do CDS-Partido Popular (CDS-PP)**

- Célia Duarte

**Ausentes estiveram os seguintes Membros da Assembleia de Freguesia:**

- **Bancada da CDU:** Paulo Nogueira

- **Bancada do PS:** Bruno Cordeiro e Carina Correia
- **Bancada da Coligação Mais:** Não aplicável
- **Bancada do CDS-PP:** Não aplicável

**O Executivo esteve representado pelos seguintes membros:**

- José António Alves Gomes (Presidente)
- Leonor Alves (Secretária)
- Jorge Cipriano (Vogal)

**Ausentes estiveram os seguintes Membros da Junta de Freguesia:**

- António Mateus (Vogal) ausente por motivo de doença
- Paulo Antunes (Vogal) ausente por motivo de trabalho

Havendo quórum, com a presença de todos os Membros da Assembleia de Freguesia, o Sr. **Presidente da Mesa da Assembleia** deu início à reunião da Sessão Ordinária, saudando e cumprimentando todos presentes (membros do Executivo da Junta de Freguesia, eleitos das bancadas da Assembleia e pessoas do público).

----- **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

**O Sr. PMAF** começou por cumprimentar todos e todas as eleitas, desejando que tudo estivesse bem com todos e seus familiares.

Considerando que a sessão se estava a realizar por vídeoconferência, informou que, estando registadas as respectivas substituições de cada bancada, a do PS seria composta por 4 elementos (um deles informou estar atrasado), a bancada da CDU, por 3 eleitos e a do BE por um elemento (também tinha informado estar ligeiramente atrasada mas não demonstrou inconveniente que se iniciasse a sessão).

Portanto, explicou, em termos práticos e concretos, a Assembleia iria contar no máximo com 12 presenças, estando 10 presentes no seu início.

Continuou dando nota que, em face daquilo que tinha tido oportunidade de transmitir a cada uma das bancadas, não tinha sido possível trazer à colação daquela Assembleia todas as atas pendentes, até porque, como era do conhecimento de todos, no que dizia respeito ao apoio administrativo, ainda se estava a articular, no sentido de encontrar uma alternativa viável que fosse ao encontro das necessidades da Mesa e que se coadunasse com aquilo que era expectável para os trabalhos da Mesa da Assembleia e, por esse motivo, como tinha feito chegar a todas as bancadas, naquele momento ainda não era possível trazer para apreciação de todos e todas as respetivas atas, sendo certo que se iam promover todos os esforços para que, na próxima sessão ordinária, estivessem em condições de votar todas as atas ainda pendentes. Relembrou que na presente Assembleia estavam pendentes as seguintes atas: a ata de dezembro de 2019, nomeadamente do dia 20 de dezembro; as atas de junho de 2020, nomeadamente os dias 22 e de 29, e que, por maioria de razão, ficaria também pendente a ata da sessão que se iniciava, que, por motivos que decerto todos compreenderiam, as sessões via online careciam de diligências adicionais, por forma a que pudessem versar em ata tudo o que era dito, bem como as substituições, quem tinha intervindo e quem não tinha, porque, por motivos telemáticos, era sempre mais difícil fazer-se esse controlo.

Feita a explanação, passou a palavra à 1ª Secretária, Joana Aruil para leitura da correspondência recebida.

**Joana Aruil (1ª Secretária):** Cumprimentou os presentes e leu o aludido expediente.

**O Sr. PMAF** reiterou que, de facto, também tinha chegado à Mesa uma moção da bancada da CDU, que, se não visse inconveniente, convidava a usar da palavra, para fazer a apresentação da respetiva Moção.

**Helena Freitas (CDU):** Cumprimentou todos e começou por dizer que a sua bancada trazia uma Moção para apresentar na Assembleia, devido ao encerramento de agências da área financeira. Deu como exemplo o encerramento da agência do BPI e a redução drástica de serviços noutras agências de outros bancos que operam na freguesia. Disse considerarem que a redução dos serviços causa imensos danos e transtornos aos vialongueses, uma vez que os obriga a deslocarem-se para outra freguesia para terem direito aos serviços que já tinham em Vialonga. E passou à leitura da Moção que disse deveria ser enviada à administração da Caixa Geral de Depósitos e também à Câmara Municipal de Vila Franca de Xira.

O Sr. **PMAF** pediu para fazer uma pequena nota para explicar que não tinha feito chegar a todas as bancadas a Moção que tinha recebido prévia e atempadamente. Tinha falhado, assumia, mas não tinha feito o que seria habitual. Não via nenhum inconveniente promover alguns esclarecimentos na presente sessão sobre a matéria em questão e caso todos concordassem, votar depois ou não a Moção em conformidade. E auscultadas as bancadas, teve o acordo de todas para a sua sugestão e passou a seguir a palavra ao eleito da bancada do PS, Pedro do Canto.

**Pedro do Canto (PS):** Começou por cumprimentar todos os presentes e os que acompanhavam a sessão *on-line* e disse não haver inconveniente quer na discussão quer na votação da moção, deixando já a nota que, da parte da bancada do PS se associavam à preocupação da bancada da CDU, numa prática que, infelizmente, vinha sendo generalizada por mais alguns sítios do concelho, como o caso de Alhandra. Era, portanto, uma preocupação que a população de Vialonga, como todas as de outras freguesias, pudessem ter à sua disposição os melhores serviços bancários possíveis. Não se entendia muito bem o porquê desta retirada e destas alterações que vinham sendo feitas, tanto mais que, segundo o que se sabia, a Caixa Geral de Depósitos de Vialonga era, e continuava a ser, um balcão com muitos clientes, não se entendendo o porquê destas alterações. Portanto, associavam-se à moção, associavam-se às preocupações, e votariam a Moção favoravelmente.

O Sr. **PMAF** passou a palavra a Célia Duarte, da bancada do CDS-PP.

**Célia Duarte (CDS-PP):** Começou por cumprimentar todos os presentes e os que acompanhavam a sessão *on-line*, aproveitou também para desejar as melhoras ao eleito Paulo Nogueira e disse que também a sua bancada acompanhava a preocupação da CDU, pelo que não viam qualquer inconveniente em votar e acompanhar a Moção.

**Fábio Mousinho Pinto (Coligação Mais):** Pronunciou-se como eleito da bancada da Coligação Mais, dizendo que também não viam nenhum inconveniente em relação à Moção, associando-se, naturalmente, às preocupações apresentadas pela bancada da CDU.

O Sr. **PMAF** voltou a pedir mais uma vez desculpa a todos os eleitos e eleitas por não ter promovido o devido envio da Moção prévia e atempadamente e como a CDU nada tinha a aditar à discussão, passou imediatamente e com o seu acordo à votação, ficando aprovada por unanimidade com 5 votos da bancada da CDU, 4 votos da bancada do PS, 1 voto da bancada do CDS-PP, 1 voto da Coligação Mais, 1 voto do BE. E feita a votação e aprovada a Moção, passou de imediato a palavra ao Sr. PJF.

O Sr. **PJFV** disse que sobre a Moção, nada tinha a acrescentar, tendo ficado satisfeito por ela ter sido votada por unanimidade e acrescentou que tinha tido uma reunião com o representante da Caixa Geral de Depósitos em Vialonga, que tinha manifestado também alguma preocupação e esperava novas ordens. Mas, para já, a situação era preocupante e, portanto, congratulava-se com a preocupação manifestada na presente sessão.

O Sr. **PMAF** passou a palavra ao eleito da bancada da CDU, Paulo Basílio, não sem antes, e a pedido do Sr. PJF alterar o Ponto 3 para se manter apenas numa perspectiva de informação, não necessariamente de aprovação.

**Paulo Basílio (CDU):** Cumprimentou todos e começou por expressar o ponto de vista da CDU relativamente à continuidade das Assembleias por videoconferência dada a existência de espaços na freguesia para promover as sessões com regras e com toda a segurança de uma forma presencial. Entendiam que competia até aos órgãos de soberania dar esse exemplo numa tentativa de voltar a ter uma vida diferente, para melhor. Continuou dizendo que já bastava a insatisfação que hoje em dia se colocava pela falta de segurança nos transportes públicos fosse no metro, fosse nos autocarros e isso sim representava perigo para a saúde das pessoas e isso sim, devia continuar a ser motivo de reclamação e exigência de maior segurança.

Relembrou depois o arrastamento da falta de execução de vários projetos urbanísticos, nomeadamente no parque residencial (na Praça da Liberdade, 3 meses passados continuava tudo igual) e a conclusão da Urbanização da Flamenga.

Referiu depois que a sua bancada tinha sabido através de publicação em vários jornais que o Executivo Camarário em coligação, PS, Coligação Mais, tinha um conjunto de empreendimentos onde ia gastar um conjunto de milhões de euros que não punham em causa isso, mas questionavam porque não havia capacidade financeira do Executivo Camarário para, de uma vez por todas, resolver o problema de segurança pedestre na estrada de Alfarrobeira e o acesso ao túnel para a Póvoa de Santa Iria. Disse achar que a vida humana não se media pelos cifrões e infelizmente, mais 3 meses tinham passado sem que este tipo de projetos, fundamentais para a freguesia de Vialonga, avançassem.

O Sr. **PMAF** disse que relativamente à condução dos trabalhos das sessões das Assembleias e aos moldes em que se têm organizado, tomava boa nota qual era o posicionamento da CDU, que aliás, tinha desde a primeira hora revelado esse sentido e a preferência pela sua realização presencial e em função daquilo que fosse a evolução da pandemia seria apreciado se havia condições ou não para que se pudesse realizar a sessão presencialmente em dezembro, mas que era impossível, em face daquilo que se conhecia fazer qualquer previsão. Tinha sido esse o critério adoptado até à data e também tinha reunido o consenso das demais bancadas que foi ouvindo.

Passou a seguir a palavra ao eleito da bancada do PS, Pedro do Canto.

**Pedro do Canto (PS):** Relativamente à organização das sessões de Assembleia por vídeo conferência, entendiam que se devia privilegiar a segurança em detrimento de qualquer situação que pusesse em causa algum foco de contágio no âmbito da pandemia e, portanto, estavam perfeitamente solidários com a decisão do Sr. PMAF em que se continuasse as sessões por meios telemáticos. Concordavam que teriam que avaliar um outro momento e o que todos queriam era que toda a situação ficasse resolvida e que rapidamente se pudesse fazer as sessões presenciais.

Continuando a sua intervenção, perguntou ao Sr. PJF se tinha alguma informação sobre o que se pretendia fazer na Quinta do Duque, face aos trabalhos que vinham acontecendo nos últimos dias/semanas. Sabia-se da existência de um projecto de urbanização, com algum tempo, mas gostariam de ter mais alguma informação.

Leu a seguir uma declaração relativamente ao início do ano lectivo.

Finalmente, e numa alusão ao aniversário da freguesia de Vialonga sobre a sua passagem dos 35 anos a vila, em jeito comemorativo, deixou alguns apontamentos históricos: o primeiro, a passagem dos 35 anos, a lei nº 47 de 85, que é de 24 de setembro, em que Vialonga passa à categoria de vila e, ao mesmo tempo, é desanexado o Forte da Casa, já um bocadinho mais tarde, em 4 de outubro; os 134 anos, portanto, em 1886, em que Vialonga passa a pertencer ao concelho de Vila Franca de Xira, por extinção do concelho dos Olivais; os 194 anos, portanto, de 1826, 7 de agosto, em que a freguesia da Granja de Alpriate é integrada em Vialonga, sendo que, até aí, a Granja de Alpriate coexistia de forma independente, o que pensava que muita gente não saberia. E também os 829 anos, já que estava a falar de datas, em que se

encontra um dos primeiros documentos que referem, não Vialonga especificamente, mas Alpriate, e que é uma venda de terras que é feita ao Convento de Santa Cruz de Coimbra no ano de 1191.

O Sr. **PMAF** passou a palavra à eleita da bancada do CDS, Célia Duarte.

**Célia Duarte (CDS-PP):** Cumprimentou todos e disse que iria ler umas notas, começando por saudar a freguesia pelos 35 anos de elevação a vila, uma idade a caminho da idade madura e a necessitar de progresso.

Saudou a seguir os bombeiros da freguesia pelo excelente trabalho que tinham feito na defesa de pessoas e bens, nomeadamente no combate aos incêndios que, mais uma vez, neste verão tinham assolado a freguesia. Um desses incêndios tinha atingido uma das maiores e melhores manchas verdes do concelho, a Mata do Paraíso. Em relação a esta devastação, esperavam que a Câmara Municipal procedesse à sua reflorestação, que aproveitasse também para fazer uma requalificação da mata e instalasse um eco parque para que a população pudesse usufruir em pleno daquele espaço.

Aproveitava para saudar também o Grupo de Dadores de Sangue de Vialonga, com 43 anos de existência, e que ainda no presente mês tinha promovido uma recolha de sangue e fez um apelo, no sentido de que, quem pudesse efetuar dádivas, que colaborasse, tendo a própria já contribuído.

E como vinha sendo recorrente nas suas intervenções, disse, iria falar de transportes públicos e insistia no tema, porque sem transportes não se ía a lado nenhum, e não se dava um passo em frente no desenvolvimento da freguesia. Na perspetiva, da sua bancada, disse, uma linha que passasse na Malveira, Loures, Vialonga, Póvoa e que siga para Lisboa Oriente serviria uma importante zona que se quer desenvolver e levar a oportunidade a quem estuda e trabalha. Num momento em que, devido à pandemia, vêm para o nosso país milhões de euros da União Europeia, Vialonga, por falta de projetos estratégicos, iria, mais uma vez, ficar para trás. Iriamos perder por décadas e décadas uma oportunidade ímpar de desenvolvimento, continuou e, não tanto pela Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, que, mesmo assim, tinha levado à AML a intenção de um chamado Metro de superfície, mas aqui, a culpa de ficarmos para trás cabia, no entender da sua bancada, à negligência da Junta de Freguesia, que tinha sido pouco ou nada reivindicativa nesta área fundamental para o desenvolvimento da nossa freguesia. Para o Executivo da Junta de Freguesia, os transportes públicos têm-se resumido a uma reposição de carreiras em tempo de férias escolares ou uma ou outra pequena modificação de percurso. Isso era pouco, insistiu, mesmo muito pouco para quem tem tido, durante anos e anos, a governação da nossa freguesia e põe claramente a nu a falta de um plano estratégico e de desenvolvimento. Deste modo, e a continuar assim, a freguesia ficaria estagnada. Sem projeto, sem empenho e sem reivindicação, não haverá o desenvolvimento que todos desejamos e merecemos.

Ainda relacionado com os transportes, face ao resultado do Concurso Internacional dos Transportes para os próximos anos e do que se conhecia para o concelho de Vila Franca de Xira, no caso da freguesia, continuava a ser a Rodoviária de Lisboa a prestar este serviço. Deste contrato, resultava que a Rodoviária de Lisboa terá obrigação de colocar mais 31 novas carreiras ao serviço público e portanto perguntava ao Sr. PJF se, destas 31 carreiras, sabia quantas estão previstas para Vialonga.

Relativamente à Quinta do Duque, tinha ouvido que seria um projeto de turismo enólogo, mas também gostaria que o Sr. PJF desse alguma informação sobre o assunto.

Relativamente ao concurso para exploração do quiosque na Rua 28 de Setembro, lembrava-se de ter ouvido o Sr. PJF dizer que tinha sido cedido à Escola EB/23, se não lhe falhava a memória e portanto gostava de ser esclarecida.

Terminava com a questão dos buracos que se estendem pela freguesia um pouco por todo lado, e pedia também mais informação sobre o assunto.

O Sr. **PMAF** passou a palavra ao Sr. PJFV.

O Sr. **PJFV** cumprimentou todas as bancadas e todos que acompanhavam a sessão *on line*.

Começava por responder às questões levantadas pelo Sr. Paulo Basílio. Era verdade que, ao longo deste mandato, tinham manifestado alguma preocupação com alguns projetos que estão no papel e que apontavam para a recuperação de algumas zonas da freguesia de Vialonga e que, portanto, ainda não se tinham concretizado. Era uma preocupação que continuavam a manifestar e pensavam que, um dia, alguém as iria realizar definitivamente, porque se trata de zonas que carecem de algumas infraestruturas.

Relativamente à estrada de Alfarrobeira, também, ao longo destes anos, se vinham manifestando preocupados, concretamente a bancada da CDU e a bem dizer as restantes bancadas. Aquela estrada, que hoje, tem um trânsito enorme, não tinha sido concebida para garantir a segurança da realidade atual. Uma das sugestões que tinha abordado em reunião de Câmara numa Assembleia de Conselho Municipal tinha sido a colocação de uns semáforos junto à Central de Cervejas para tentar reduzir as velocidades, o que tinha sido aprovado, aceite e tinham sido colocados. Tinha havido, efetivamente, uma diminuição dos acidentes naquela reta. No entanto, na curva junto à ponte da auto-estrada, continuavam a acontecer. Como sabiam existiam ali valas lateralmente quase com 2 metros de profundidade e, cada vez que um carro tinha a infelicidade de a roda fugir à vala, caía para dentro do buraco, causando vários acidentes.

Relativamente à estrada do túnel, também tido havido algumas intervenções da Câmara. A Junta de Freguesia, ainda no mandato do Sr. Manuel Valente, tinha feito um troço em cerca de metade da estrada, com umas lajetas. A Junta tinha feito alguma manutenção daquela área, mas já tinham manifestado junto da Câmara Municipal o desejo de se fazer o mesmo que se tinha feito na Póvoa de Santo Iria (um corredor pedonal desde o túnel até ao cemitério da Póvoa) e Vialonga também devia ter o mesmo até à rotunda, junto à ARPIV. Ora, de acordo com as informações já transmitidas em sessões anteriores, continuou a explicar, a Câmara não tem conseguido chegar a um entendimento com os herdeiros dos terrenos, e isso vinha atrasando a concretização dessa via pedonal. Esperava-se chegar a um bom porto, concluiu, e que a Câmara conseguisse efetivamente expropriar, ou negociar e ver o problema resolvido já que causava grande preocupação.

Respondendo também aos eleitos Pedro do Canto e Célia Duarte, relativamente à Quinta do Duque, vinha acompanhando o trabalho, já tinha lá ido várias vezes mas não tinha conseguido ainda falar com os proprietários do terreno. O que lhe diziam as pessoas que lá andavam a trabalhar, era que estava a proceder à limpeza do terreno e a informação que eles lhe davam, a título particular, era que se falava em plantação de vinhas, com a construção de um projeto de turismo de habitação, mas, concretamente, não sabia de nada.

Relativamente ao ano letivo, também se congratulava pela abertura. Tinha tido uma conversa com os responsáveis da Escola EB/23 e sabia que as coisas tinham corrido minimamente bem. A única dificuldade tinha sido provocada pelos encarregados de educação que em quase todos os estabelecimentos tinham-se concentrado nas entradas. Mas essa situação lentamente vinha sendo resolvida e já estava bem melhor. Pensava que ainda não estavam em pleno funcionamento, nomeadamente em relação a refeições escolares, falta de pessoal auxiliar, mas estavam no início, e rapidamente estas situações se iriam resolver. Mas, concluiu, podia dizer-se que o início do ano lectivo não tinha corrido mal, bem pelo contrário, as coisas tomavam o seu caminho.

Relativamente ao aniversário da elevação da vila, não se tinha conseguido cumprir aquilo que era o plano da Junta para assinalar a data. Tinha um plano estrutural para chamar algumas individualidades que tinham prestado serviço à comunidade e que mereciam ser relevados, mas isso não pôde concretizar-se. Agradeceu a seguir a informação de algumas datas aquando da intervenção do eleito Pedro do Canto e lembrou que se podia ter um livro com essa informação histórica e era pena o projeto não se ter concretizado o que era bom vir a acontecer um dia para conhecimento de todos os vialonguenses daquilo que era a história da vila, do seu passado que era motivo de orgulho.

Relativamente à Mata do Paraíso, esclareceu que não tinha ardido, tendo o incêndio passado na lateral sul, tocando só em meia dúzia de árvores, como comprovou aliás pessoalmente na deslocação ao local. A mata estava intacta e podia ser visitada, insistiu. O fogo tinha passado na área de Loures, causando grandes estragos na vala que dava para o MARL. A mata, felizmente, tinha sido intervencionada pela Câmara Municipal, estava limpa e o não tinha havido dano significativo.

Relativamente aos transportes públicos, disse não fazer sentido responsabilizar a Junta de Freguesia por não ter um plano estratégico para os transportes públicos da freguesia, e a eleita sabia até que o PJF nem tão pouco fazia parte da Comissão de trânsito. Tinha feito chegar ao Presidente da Câmara os vários problemas sobre a matéria, as preocupações (logo no início do ano lectivo, tinha apontado os problemas das carreiras que cobrem as zonas de Verdelha, Santa Cruz, Granja e Alpriate), davam-se sugestões, o que se pensava devia ser feito, e depois essas preocupações eram levadas à Área Metropolitana de Lisboa. A responsabilidade desse plano estratégico para os transportes públicos no concelho de Vila Franca de Xira era única e exclusivamente da responsabilidade da Câmara Municipal e Área Metropolitana de Lisboa. Aos Presidentes de Junta, competia informar das preocupações e das dificuldades sentidas na freguesia.

Sobre os buracos nas estradas da freguesia, estava perfeitamente de acordo que era urgente uma intervenção. A última intervenção do tapa-buracos da Câmara na freguesia de Vialonga tinha corrido muito, muito mal. Explicou que a Junta tinha acabado de pintar muitas das passadeiras da freguesia e com a intervenção do tapa-buracos tinham ficado completamente danificadas, porque o alcatrão colava-se aos pneus. Tinham manifestado essa preocupação à Câmara que tinha vindo logo resolver o assunto, não na totalidade, mas em grande parte. A Junta tinha informado a Câmara Municipal da necessidade de novamente se deslocarem à freguesia de Vialonga e tentarem, segundo as indicações que tinham dado, solucionar o problema. E também tinham alertado para que, pelo menos a massa fosse diferente e não causasse novamente estragos.

O Sr. **PMAF** passou a palavra ao eleito da bancada do PS, Pedro do Canto.

**Pedro do Canto (PS):** Começou por dizer que relativamente à história e ao livro, falaria num outro momento que não aquele.

Em relação ao que tinha sido dito sobre a estrada da Alfarrobeira e do túnel, vinha sendo claro o posicionamento da sua bancada. e a concordância com o que tinha sido dito pelo Sr. PJF. Até em relação à estrada do túnel, apelava ao Sr. PJF as melhores diligências, no sentido de sensibilizar os proprietários para a necessidade de perceberem a utilidade de um pequeno metro ou dois para que a obra fosse feita, o que achava ser muito importante para todos.

Disse depois que a sua intervenção iria focar a entrada na Escola EB2/3. Já tinha havido propostas para a forma como se organiza a entrada naquele espaço, à forma como os próprios pais e encarregados de educação se deslocam àquela zona, nomeadamente com os seus veículos, das dificuldades e dos problemas que há de se atravessar na Rua 28 de setembro, dos problemas de segurança que existem, a questão da Escola Segura e do papel que a Escola Segura, com certeza tem que ter junto da escola EB2/3. Sabia que os recursos são poucos, mas era mais uma nota que deixavam da reorganização toda daquele espaço, que achavam ser fundamental. Já tinham demonstrado a total disponibilidade da sua bancada para, com o Sr. PJF, ver as melhores soluções para aquele espaço, porque, disse, era mesmo necessário encontrar para ali outro tipo de soluções que permitisse dar mais segurança aos alunos, que permitisse evitar que os pais, encarregados de educação ou quem acompanha os alunos cheguem mesmo ao portão da escola e evitar determinado tipo de comportamentos. Passava pela Junta de Freguesia, e a sua bancada estava perfeitamente disponível para o ajudar nesse sentido, reforçou, encontrar soluções para que aqueles problemas que surgem à porta da escola fossem rapidamente resolvidos.

O Sr. **PJFV** voltou ainda a intervir para esclarecer a eleita Célia Duarte sobre o quiosque da Rua 28 de Setembro. Explicou que efectivamente no passado, e porque a lei permitia que funcionasse até às tantas da manhã, passou a ser uma mini-taberna, com todos os transtornos que se vieram a verificar. A Junta tinha conseguido recuperar o espaço e tinha de facto proposto à Escola EB2/3 o aproveitamento do espaço para exposição e venda de trabalhos dos alunos, nomeadamente dos cursos de joalheria. A Escola tinha achado a proposta muito interessante mas depois nunca chegou a concretizar. Passados alguns anos com o espaço inactivado e a degradar-se e face a algum interesse que as pessoas iam manifestando em explorá-lo, decidiu-se abrir concurso, que teve como única concorrente uma senhora que tem uma papelaria na Quinta das Índias. A exploração do espaço foi devidamente regulamentada, com a proibição de venda de quaisquer bebidas alcoólicas, apenas venda de material de papelaria. A senhora que tinha concorrido respeitava todos os requisitos e, portanto, logo que abrandasse o movimento que tinha no seu outro espaço, tencionava abrir o quiosque.

O Sr. **PMAF** passou a palavra ao Sr. Paulo Basílio, eleito da bancada da CDU, apelando à sua capacidade de síntese.

**Paulo Basílio (CDU):** Começou por reforçar a posição da CDU no que dizia respeito à realização das Assembleias por videoconferência. E deu o exemplo das escolas, dizendo que não eram nem mais menos do que os alunos, os professores, quem quer que fosse nas escolas ou nas outras instituições a funcionar.

Referiu-se depois aos transportes, falta de carreiras ou horários por cumprir e também as questões do sistema bancário, como o fecho de balcões, redução de trabalhadores, redução de serviços, que, do ponto de vista da CDU, eram o resultado das famosas parcerias público privadas. Com esses contratos, insistiu, alguém ficava a lucrar com o dinheiro de todos os contribuintes e como sabiam estar imunes a represálias, faziam o que queriam, porque não era público, era privado. Disse depois que, relativamente ao problema da entrada na Escola EB2/3, tinha a ver com o comportamento cívico e com a educação individualista dos pais que durante décadas tinham sido educados a pensarem só em si. Era uma questão de civismo inculcada pelo sentido contrário, insistiu, que era o anti-social.

Deu a seguir uma nota do ponto de vista da CDU relativamente à gestão camarária custeando projectos que cabiam ao Estado Central e que depois falhava naquilo que eram as suas obrigações para com as freguesias, o que acabava por comprometer as necessidades porque depois o dinheiro não chegava.

O Sr. **PMAF** passou a palavra a Célia Duarte, da bancada do CDS-PP.

**Célia Duarte (CDS-PP):** Respondendo ao Sr. PJF, explicou que não tinha confundido as competências nem tão pouco tinha esquecido o trabalho que era feito pela Comissão. O seu comentário baseava-se naquilo que acreditavam ser a falta de reivindicação e não se referia apenas ao último mandato, achando ser importante que o Executivo fosse mais reivindicativo e mais proactivo, não obstante os transportes, todos sabiam, estarem entregues à AML.

**Joana Aruil (1ª Secretária):** Passou a palavra ao eleito Fábio Mousinho Pinto da Coligação Mais.

**Fábio Mousinho Pinto (Coligação Mais):** Disse querer fazer um comentário muito telegráfico sobre a temática de que se estava a falar: os transportes. A bancada da Coligação Mais, continuou, também compreendia perfeitamente a posição do Executivo da Junta de Freguesia, sabendo quais eram as competências que recaiam para as Juntas de Freguesia e para a Câmara Municipal e os demais órgãos que possam ter intervenção, direta ou indirectamente, naquele que era o poder local, sobretudo em matéria de transportes. Relembrava que a CDU tinha responsabilidades na AML no que aos transportes dizia respeito. E, sobre esse ponto de vista, quando, neste caso, o eleito Paulo Basílio referia que havia aqui um conjunto de responsabilidades às quais a CDU era alheia, convinha dizer que, não aqui na Junta de Freguesia, evidentemente, mas havia outros meios e outras formas de se poder reivindicar aquelas que eram as prioridades dos vialonguenses, em primeira instância, e também dos vilafranquenses. E era sobre esse ponto

de vista que gostaria de intervir, porque, tanto quanto sabia, a CDU não tinha sido consequente em reivindicar esta questão dos transportes noutros fóruns, e precisamente por isso, fazer desta a condição necessária para promover mais apoios ou menos apoios a quem estava atualmente no Governo. E isso também não tinha que ver com uma questão partidária, porque, efetivamente, o mesmo Partido Socialista que, noutras geografias, tinha aumentado a oferta de transportes, em Vila Franca de Xira, tinha esse posicionamento, e aí, sim, estava totalmente de acordo com o eleito Paulo Basílio: podiam ser feitas movimentações noutra sentido, no sentido de reforçar e de melhorar a oferta de transporte na freguesia de Vialonga e no concelho de Vila Franca de Xira. Nesse âmbito, concluiu, interessava aos vialonguenses, trazer responsabilidades ao PSD nestas matérias.

**Joana Aruil (1ª Secretária)** passou a palavra ao Sr. Fábio Mousinho, na qualidade de PMAF.

O Sr. PMAF antes de passar a palavra ao eleito Paulo Basílio, e no que à organização dos trabalhos da Assembleia de Freguesia de Vialonga dizia respeito, não ía sequer comparar aquilo que era o ambiente educativo escolar com a Assembleia de Freguesia, porque, efetivamente, não era uma comparação que fizesse sentido, até porque os eleitos e as eleitas desta bancada, o que já reiteradamente têm dito é que é saberem que, efetivamente, é num contacto presencial que a Assembleia de Freguesia tem reunidas as melhores condições. Estavam todos totalmente de acordo. Assim como também sabiam que, em face das orientações atuais no que dizia respeito à crise epidemiológica, existia um conjunto de medidas preventivas que continuavam em vigor, nomeadamente nos concelhos e nas freguesias que fazem parte da Área Metropolitana de Lisboa.

Reforçado o seu posicionamento nesta matéria, o Sr. PMAF passou então a palavra ao eleito Paulo Basílio da bancada da CDU.

**Paulo Basílio (CDU):** Começou por dizer que aquilo que a CDU defendia era que seria mais fácil realizar-se a Assembleia na atual contingência da pandemia do que a abertura das escolas e não viam nenhum problema de segurança nem mais nenhum obstáculo quanto à realização presencial, acreditando até ser mais fácil, embora, nada comparável.

Relativamente à intervenção da eleita Célia Duarte, disse achar muito bem que trouxesse às Assembleias os problemas dos transportes, denunciando tudo que era o mau serviço prestado aos vialonguenses. Mas, disse, o que a sua bancada apontava era que, politicamente, parte do início do problema, e daí a questão das PPP, tinha sido um negócio, e como havia impunidade total a quem vinha lucrando com a "geringonça" político-partidária clássica, dos vários governos compostos pelo PS, PSD e CDS, discutiam-se agora as consequências.

Terminou, dirigindo-se ao Sr. PMAF, lembrando que o atual Executivo Camarário de Vila Franca de Xira era composto pelos vereadores do Partido Socialista e da Coligação Mais, portanto, não se podia também descartar das suas responsabilidades político-partidárias naquilo que era decidido na Câmara Municipal.

O Sr. PMAF passou a palavra ao eleito da bancada do PS, Pedro do Canto, apelando à sua capacidade de síntese.

**Pedro do Canto (PS):** Disse ter ouvido com muita atenção o que tinha sido dito pelo eleito Paulo Basílio, que percebia a sua distração, porque se lhe perguntasse quem era o atual 1º secretário da AML, provavelmente o eleito não sabia, mas podia dizer-lhe que se chamava Carlos Humberto Carvalho, antigo Presidente da Câmara Municipal do Barreiro e tinha sido indicado pela CDU.

O Sr. PMAF passou a palavra ao eleito da bancada da CDU, Paulo Basílio

**Paulo Basílio (CDU):** Relativamente à intervenção do eleito Pedro do Canto, perguntou se um eleito da CDU, num órgão como uma AML se impunha a todos os demais. Não fazia sentido essa afirmação, reforçou. A CDU tinha intervenção, era óbvio, mas não era o secretário que ia decidir por todos os outros

eleitos que lá estavam. Tal como na Assembleia da República, dava a sua opinião, iam depois a votos, e era aí que se via quem era quem. Não percebia os comentários feitos, a não ser que a pessoa visada, estranhamente, possuísse 100% dos votos.

O Sr. **PMAF** voltou a dar a palavra ao eleito Pedro do Canto, da bancada do PS, apelando mais uma vez à sua capacidade de síntese.

**Pedro do Canto (PS):** Esclareceu que o queria dizer não era que uma pessoa tinha todo o poder de influência, mas que à CDU, também tinham que ser assacadas responsabilidades por aquilo que se passava com os transportes na Área Metropolitana. E, portanto, não “meter areia nos olhos” das pessoas como se a CDU não tivesse nada a ver com aquilo que se passava. Isso irritava-o, disse. Parecia que a CDU, que era o partido que representava nesta Assembleia, estava fora deste contexto, mas não estava. O primeiro secretário metropolitano, insistiu, como outros eleitos Presidentes de Câmara, e não só, eram da CDU, e portanto, assacar responsabilidades, podia fazê-lo, com certeza a todos, mas assacasse-as também à CDU, que também as tinha, rematou.

O Sr. **PMAF** deu por encerrado o período antes da Ordem do Dia, parecendo-lhe evidente ter ficado claro o posicionamento de todas as bancadas.

---

#### ----- PERÍODO DE INTERVENÇÃO RESERVADO AO PÚBLICO -----

O Sr. **PMAF** esclareceu que uma vez que a Assembleia estava a realizar-se por via telemática, o público tinha sido convidado a participar, remetendo as suas questões por via e-mail à Mesa da Assembleia. E, nesse sentido, passou a palavra à 1ª Secretária para que lesse as questões que tinham chegado à Mesa.

**Joana Aruil (1ª Secretária):** Informou que a freguesia, enquanto autora da petição por uma escola melhor em Vialonga, já registada no Parlamento, apelava à divulgação e à assinatura da mesma, para que a comunidade mais jovem pudesse ter aulas em melhores condições, para que pudesse também ter aulas de Educação Física dentro do recinto escolar, na Escola Secundária Vialonga. A Escola Básica e Secundária de Vialonga estava muito degradada e as infraestruturas também muito degradadas. Os pais não sentiam qualquer segurança no percurso que os alunos fazem da Escola para o polidesportivo e o Agrupamento também não assumia qualquer responsabilidade em ocorrências que surgissem nesse percurso. Tinha criado a petição por uma Escola melhor em Vialonga e para que as crianças e jovens da nossa freguesia pudessem estar nas melhores condições. Por um futuro melhor...

O Sr. **PMAF** passou a palavra ao Sr. **PJF**, não sem antes apelar para que os eleitos e as eleitas assinassem a petição mencionada em referência.

O Sr. **PJFV** disse ter tido conhecimento desta petição e que também a tinha subscrito, mas que, infelizmente, o número de assinaturas (504 assinaturas) não chegava para ir a plenário na Assembleia da República. Congratulava-se no entanto e dava os parabéns a todos aqueles que a tinham assinado, pois tinha sido mais uma denúncia feita às más condições da escola que há muitos anos carecia de obras e que se aguardava que o seu início fosse que rápido. Lamentava que em 10 anos em cargo autárquico, com vários protocolos assinados, se continuasse a aguardar por “uma luz ao fundo do túnel”. Iniciava-se mais um ano lectivo, com muitas dificuldades, nada bom para os alunos e portanto, rematou, dava os parabéns a todas as pessoas que a tinham subscrito e participado na petição, esperando que, ainda que não subisse ao plenário, pelo menos algumas bancadas tomassem nota da extensa ordem de trabalhos para resolução dos problemas da Escola EB2/3 de Vialonga.

O Sr. **PMAF** passou a palavra à Secretária da Mesa para que lesse as questões levantadas pela freguesa Ana Isabel Oliveira, que, no caso em concreto, tinha dado autorização para a sua divulgação e, portanto, nada obstando a que fosse mencionada.

**Joana Aruil (1ª Secretária)** leu as questões enviadas por Ana Isabel Oliveira: "Primeira questão: a ilha ecológica da Rua Octávio Pato foi reforçada com mais um depósito de resíduos. Contudo, esta é uma zona onde a oferta de ilhas ecológicas e contentores é insuficiente para a população, estando os mesmos sempre cheios. Este novo depósito, na minha opinião, procurará dar resposta ao problema do lixo colocado fora da ilha ecológica. Esta manhã, com alguma surpresa, verifiquei que foram retirados dois contentores do lixo na Rua Melo Antunes. Tem a Junta de Freguesia alguma informação se esta retirada é temporária ou definitiva, pois, a ser definitiva, trará certamente um problema adicional à Junta de Freguesia e às equipas de varrimento das ruas.

Segunda questão: apesar de não ser responsabilidade da Junta de Freguesia, gostaria de questionar se têm alguma resposta ou informação relativamente ao apagão a que o Parque Urbano da Flamenga tem estado sujeito. Há pelo menos 3 meses, toda a zona do jardim infantil está às escuras. Esta situação já foi reportada por mim à EDP há 2 meses. Mas, até ao momento, sem solução.

Terceira questão: gostaria também de questionar se a Junta de Freguesia tem conhecimento de estar prevista alguma manutenção para o Jardim dos Socalcos, no Parque Urbano da Flamenga. As luzes de iluminação do dragoeiro e do tanque da quinta foram vandalizados há mais de um ano e, até ao momento, não foram reparados. Já para não falar na total inexistência de sistema de rega, que coloca em risco a sobrevivência do dragoeiro e do roseiral existente naquela zona. Esta zona, com vista privilegiada para o parque, está dotada ao total abandono, e também ela praticamente às escuras, levando à prática de atos menos lícitos e pouco recomendáveis".

O Sr. **PMAF** passou a palavra ao Sr. **PJF**.

O Sr. **PJFV** começou por informar a freguesa Ana Isabel Oliveira que a Câmara Municipal estava a fazer um levantamento na freguesia dos contentores que ficam cheios com mais frequência, sendo sua intenção substituí-los por outros maiores. Era intenção da Junta de Freguesia acompanhar este trabalho para garantir que o problema fique resolvido. Disse, ainda, que tinha tido conhecimento da retirada de dois contentores do lixo na Rua Melo Antunes, onde estava previsto arranjar o passeio, que, como sabiam, onde os caixotes encaixam estava a retirar um estacionamento. Não iriam fazê-lo para já, era intenção aguardar e em janeiro logo se iria ver se, efetivamente, com o aumento de capacidade na Octávio Pato, com as novas ilhas, o assunto ficaria resolvido. Podia ser que viesse a resultar, esperava bem que sim. Se resultasse a área ficaria mais bonita sem estes dois contentores; caso não resultasse, teria que se aproveitar o espaço. Se resultasse, a Junta de Freguesia iria arranjar o passeio, retirando os dois encostos do contentor.

Relativamente ao apagão por toda a área, nomeadamente Parque Urbano da Flamenga, era uma situação que se arrastava desde Março de 2019. Tinham sido contabilizados 33 candeeiros apagados e não obstante as várias reclamações da parte da Junta de Freguesia e também da Câmara junto da EDP, não se tinham conseguido resultados e era de facto um mau serviço aquele que a EDP estava a fornecer e um parque tão bonito, que à noite até metia medo.

----- **PONTO UM – APRECIACÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO SR PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA** -----

O Sr. **PMAF** pediu ao Sr. **PJF** que fizesse a introdução do ponto 1.

O Sr. **PJF** reforçou a informação que tinha chegado a todos os membros da Assembleia relativamente ao trabalho realizado no período que ía de 1 de junho a 31 de agosto. Relembrou que, face à pandemia

provocada pelo Covid, não tinha sido possível realizar as festas tradicionais de Agosto já que não se tinha podido garantir a segurança em termos de distanciamento entre as pessoas e daí o cancelamento.

Relativamente às contas, uma área muito importante, esclareceu que, até dia 31/08, na parte de execução, tinham realizado 71,06%; nas despesas e na parte de execução, temos realizado até ao dia 31/08 61,40%. A área que mais preocupava o Executivo era a área dos acordos de execução. Até 31/08, já tinham sido gastos na área de execução 84,72, e nos interadministrativos 103,39, o que queria dizer que a Junta já tinha dispostos de 18.381,00€ do seu orçamento para fazer face àquilo que são os contratos interadministrativos. Era, portanto, uma área que inspirava preocupação, porque, para se dar solução a todas as carências, a Junta tinha vindo a recorrer a serviços externos, até porque estava reduzida a um terço dos funcionários ao serviço, quer por motivo de férias, quer por ausência por baixa médica (Covid e não Covid). Far-se-ia em Dezembro o balanço final mas podia dizer que em termos de receita e despesa as coisas estavam equilibradas. Em termos de contratos não-administrativos, o trabalho estava a ser feito, não deixava de ser, porque se estava a canalizar dinheiro para essas áreas.

----- **PONTO DOIS – ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DE TRÂNSITO DA FREGUESIA DE VIALONGA** -----

O Sr. **PMAF** passou a palavra ao Sr. **PJF** para apresentação do ponto 2.

O Sr. **PJF** pediu autorização para dar a palavra à Secretária do Executivo, Leonor Alves dado que vinha acompanhando este ponto e dada essa autorização usou da palavra a eleita Leonor Alves.

**Leonor Alves (Secretária da JFV):** Começou por cumprimentar todos e disse querer agradecer publicamente à eleita Célia Duarte, coordenadora da Comissão que trata as questões da toponímia e também do trânsito, porque tinha acedido fazer uma reunião presencial e, no decorrer da reunião, tinham percebido todos que se tivesse sido por videoconferência tinham tido grande dificuldade em perceber as questões que estavam em discussão.

Explicou que o que era trazido não era uma novidade, era uma remessa, pelo menos assim tinha sido o entendimento da Câmara. A intenção era serem sujeitas a aprovação, dado que havia situações que não estavam muito corretas, por isso eram trazidas de novo a Assembleia, mas em conjunto. Só havia uma situação nova que era a da Verdelha.

Começou pela Granja, porque a Câmara tinha proposto que se revisse o regulamento de trânsito para aquela localidade, onde o trânsito a veículos de mercadorias devia ser proibido. Como em termos de português não estava bem redigido e levantava dúvidas por causa dos transportes públicos e veículos de emergência, devia corrigir-se para: “proibido o trânsito a todos os veículos de mercadorias nos arruamentos a seguir indicados, excepto para cargas e descargas, moradores e autarquias, nos seguintes locais”. Com esta proposta de alteração, era preciso retirar do 2.2 questões que iam estar contempladas no 2.5.1. Ou por outro, teve que se criar um novo ponto, que era o 2.5, mas isto obrigaria, no entendimento do Executivo, a mexer toda a numeração do 2.2. Daí que a proposta feita era que os que iam entrar para o 2.5, aparecesse no 2.2 a palavra "revogado", que era para não estar a mexer em tudo. E isto, explicou, não implicava só alterar o regulamento, já que na parte de trás dos sinais figurava a indicação do artigo do próprio regulamento de trânsito, portanto, teria que se tirar os sinais e pintar tudo de novo. Ora, após conversa com o técnico desta Comissão também a nível da Câmara, conclui-se que isto era possível fazer-se. Daí as situações trazidas à Assembleia.

Relativamente ao ponto 6, também era uma questão de português. Estava a considerar-se "excepto para cargas e descargas" em situações que já se estava a definir no próprio artigo, quer para a Praça de Táxis,

quer para a Rua 28 de setembro, para utentes do laboratório de análises. Portanto, não fazia sentido estar a colocar esse termo das "cargas e descargas", e daí ter sido retirado.

Sobre a Verdelha, explicou que tinha sido pedido pelos moradores da zona que fosse colocado um sinal de paragem obrigatória para quem sai da Rua Quinta do Convento de Frades, criando condições de segurança quer para quem desce, quer para quem sobe.

Falou depois na Encosta do Moinho, que já tinha sido levado à Assembleia, mas que era preciso rectificar. Uma delas na Rua Maria Pier Baldi, entre o Nº 1 e o Nº 3. Os moradores que tinham estado na reunião, no local, tinham pedido que, entre este nºs fosse proibido o trânsito a veículos, para garantir, de facto, a característica pedonal ali daquela zona.

Relativamente à Praça 1º de Maio, junto ao atual e único Centro de Saúde, existe uma certa conflitualidade de entroncamentos, sendo necessário um sinal indicador para contornar a placa, que estava mal colocada, em vez de sentido obrigatório.

O Sr. **PMAF**, face à exposição do ponto 2, Alteração ao Regulamento de Trânsito na Freguesia de Vialonga, e não havendo nenhuma bancada inscrita para intervir, colocou à votação dos eleitos, sendo aprovado por unanimidade com 12 votos a favor.

### ----- PONTO TRÊS – ATRIBUIÇÃO DE TOPÓNIMO-----

O Sr. **PMAF** passou a palavra à Secretária da JFV, Leonor Alves para introdução do Ponto 3.

**Leonor Alves (Secretária da JFV):** Começou por dar uma nota prévia em relação aos topónimos esclarecendo que a Câmara estava a proceder à atribuição de números de Polícia em muitas ruas, reformulando a numeração e corrigindo em várias ruas da freguesia, com os transtornos que isso implicava para os moradores que tinham sempre que actualizar a sua documentação de acordo com o novo número. Ora o que estava em questão era a pequena Rua que ia desde as antigas bombas do Cabo ao início do estacionamento do Intermarché, onde existem algumas vivendas. Então, como a outra, depois da variante, era a Rua dos Caniços, tinha sido decidido a continuação daquela rua. Mais tarde, a mesma Comissão, insistiu que não tinha fundamento a Várzea cortar esta rua. Então, devia dar-se um nome àquele pedaço de rua. Mas, entretanto, os dois prédios desta rua têm um lote de saída, portanto, as pessoas teriam que mudar de qualquer maneira a sua morada. Ou seja, iam proceder-se a alterações. Portanto, já que iam proceder a alterações, então sim, iam atribuir um nome àquele pedaço de rua, que, neste momento era a Rua dos Caniços e ia deixar de ser no início da Rua dos Caniços. Como o falecido Carlos Alberto Braga, morava até muito perto daquela rua, a proposta do Executivo era que aquele pedaço de rua fosse a Rua Carlos Alberto Braga, que além de ter sido Presidente da Junta durante muitos anos, tinha sido Vereador, era eleito municipal quando faleceu e para quem o tinha conhecido, na sua modesta, o tamanho da rua adequava-se à pessoa que ele era. E face ao exposto, ficava a informação dado que já tinha sido feita a convocatória quando a Junta tinha sido informada que não precisava de trazer a proposta para aprovação da Assembleia de Freguesia.

O Sr. **PMAF** passou a palavra ao eleito da bancada do PS, Pedro do Canto.

**Pedro do Canto (PS):** Começou por informar que os elementos do Partido Socialista que tinham composto a Comissão já se tinham pronunciado sobre a proposta para o nome em causa e o topónimo e não era essa a questão. O que não tinha percebido, continuou, e esperava fosse esclarecido, era o porquê de a toponímia deixar de ir à Assembleia de Freguesia, porque não tinha visto que tivesse havido uma alteração à lei de 1999, em relação às competências da Assembleia de Freguesia. Não tinha nenhuma indicação nesse sentido. Ia acreditar naquilo que o Sr. PJP estava a dizer, mas pedia que indicasse onde estava essa alteração plasmada, porque, se calhar, era desconhecimento seu. E lembrou que tinha havido um conjunto de Assembleias de Freguesia, ainda no ano de 2020, em que tinham procedido à aprovação de topónimos.

O Sr. **PMAF** passou a palavra ao Sr. **PJF**.

O Sr. **PJFV**: Esclareceu que tinha tido as mesmas dúvidas quando confrontado com o assunto pelos técnicos da Câmara, durante a tal conversa na Verdinha, tendo sido dito que tinha sido decidido, na reunião da Câmara Municipal da área da toponímia, que não havia necessidade nenhuma de a atribuição de nomes ir à Assembleia de Freguesia, passando a ser uma competência única e exclusivamente do Executivo da Junta. O Executivo tinha pedido que esclarecessem essa informação e da Câmara tinham recebido a resposta assinada pela Técnica Superior, Anabela Fernandes, que passou a ler: "Sr. Presidente José António Gomes, no regulamento municipal de toponímia, cópia em anexo, apenas é referido que as propostas são enviadas pela Junta de Freguesia ou uniões de freguesia, após aprovação em reunião desse Executivo". Está estipulado no nº 4, no artigo 6.º: "as Juntas de Freguesia devem apresentar à Câmara Municipal as suas propostas de designação de toponímia, de acordo com o anexo 1 para aprovação, acompanhadas de planta e localização do local, com uma indicação dos limites de espaço público perfeitamente definidos, o início e o fim". Voltou a dizer que tinha tido as mesmas dúvidas e por isso tinha insistido numa resposta oficial dos serviços da Câmara Municipal para fundamentar essa alteração.

O Sr. **PMAF** pediu ao Sr. **PJF** que, em face daquilo que tinha acabado de ler, fizesse chegar a todas as bancadas aquela informação para haver clareza na sua interpretação, havendo logo acordo da parte do Sr. **PJF** nesse sentido.

O Sr. **PMAF** passou a palavra ao eleito da bancada do PS, Pedro do Canto.

**Pedro do Canto (PS)**: Insistiu que não duvidava minimamente daquilo que estava a ser dito, não era jurista nem tinha intenção de o ser. Fez depois referência a uma alínea que lhe fazia sempre alguma confusão, que dizia no artigo 17º do 16999, que dizia: "pronunciar-se e deliberar sobre todos os assuntos com interesse para a freguesia, por sua iniciativa ou por solicitação da Junta". E isto, para si, a questão dos topónimos em relação à freguesia enquadrava-se nesta alínea do artigo 17º. Agora, se era um regulamento municipal, com certeza se consubstanciava na lei, admitia que ia pedir esclarecimentos e ia tentar obter num outro âmbito, como eleito municipal também, esse regulamento municipal, porque, de facto, essa questão suscitava-lhe dúvidas, até porque, praticamente em todo o país e não queria dizer "todo o país", porque também não conhecia, mas, se procurassem, todas as propostas de toponímia eram aprovadas pela Assembleia de Freguesia. Mas se o Sr. **PJF** tinha obtido aquela resposta, confiava, obviamente, no que estava a dizer.

O Sr. **PMAF** deu a palavra à Secretária da JFV, Leonor Alves.

**Leonor Alves (Secretária da JFV)**: Insistiu que, como tinham tido dúvidas, tinham ido ver o nº 4 do artigo 6º, do tal regulamento municipal. E o nº 4 do regulamento municipal dizia, leu: "as Juntas de Freguesia devem apresentar à Câmara Municipal as suas propostas de designação toponímica de acordo com o anexo I para aprovação, acompanhadas da planta de localização do local, com indicação dos limites do espaço público perfeitamente definida, início e fim". Portanto, concluiu, o regulamento municipal dizia isto, mas também tinham tido as mesmas dúvidas colocadas pelo eleito Pedro do Canto.

O Sr. **PMAF** passou então a palavra à bancada do PS, Pedro do Canto.

**Pedro do Canto (PS)**: Esclareceu que a sua dúvida não estava aí mas se essa submissão era feita antes ou depois da aprovação em Assembleia de Freguesia, porque isso para si era dúbio, mas não valia a pena estar a insistir nisso, sugerindo continuarem com os trabalhos, pois era ele próprio tentar perceber um pouco melhor onde é que se fundamentava essa alínea do regulamento, porque não encontrava na 16999, que tem as competências da Assembleia de Freguesia essa informação.

O Sr. **PMAF** sugeriu fazerem esse esclarecimento oportunamente, parecendo-lhe que era a própria Câmara Municipal a usufruir de uma prerrogativa que resultava da própria Lei, da 65/2013, nomeadamente estabelecer a denominação das ruas e praças das localidades e das povoações, após parecer da

correspondente Junta de Freguesia. E talvez, precisamente por este motivo, poderia a Câmara Municipal, usufruindo desta prerrogativa legal, criar um regulamento próprio, que depois permite, em termos de denominação, ou, neste caso, atribuição de topónimos, usufruir desta prerrogativa. Ainda assim, face às questões suscitadas nesta Assembleia, lembrou que o Sr. PJF já se tinha comprometido a fazer chegar esta informação por escrito a todas as bancadas, e oportunamente, nesta sede ou noutra que porventura fosse tida por mais conveniente, iriam promover ao devido esclarecimento sobre esta matéria.

**----- PONTO QUATRO – ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS DE PUBLICIDADE E OVP, NO ÂMBITO DO SURTO CORONAVÍRUS COVID-19 -----**

**-----PONTO CINCO – ISENÇÃO DE COBRANÇA DE RENDA ATÉ FINAL DO ANO NO ÂMBITO DO SURTO CORONAVÍRUS COVID-19 -----**

**----- PONTO SEIS – ISENÇÃO DE PAGAMENTO TAXAS NO MERCADO RETALHISTA, NO ÂMBITO DO SURTO CORONAVÍRUS COVID-19-----**

O Sr. **PMAF** passou a palavra ao Sr. PJF para introduzir os pontos Nº 4, 5 e 6.

O Sr. **PJF** lembrou todas as bancadas que tinha ficado decidido na última Assembleia trazer novamente os mesmos pontos à discussão, baseado numa proposta apresentada pelo Executivo da Junta, e que depois seria novamente discutido e votado em Assembleia, com o parecer das respectivas bancadas, ou com alterações, ou propostas sobre esta matéria. Feita a análise, o Executivo tinha decidido continuar a manter as isenções até porque consideravam que o pequeno comércio local da freguesia de Vialonga tinha sido muito afetado com a pandemia. Claro que essa decisão teria custos para uma freguesia com um orçamento de 800.000,00€, disse, e a falta destas cobranças reflectir-se-ia efectivamente, na Junta de Freguesia, mas não podiam deixar de ser solidários com o pequeno comércio, que estava a passar grandes dificuldades. Portanto, a proposta era isentar até ao final do ano todas estas áreas e terem desta forma uma palavra de solidariedade para com estas pessoas.

O Sr. **PMAF** reforçou que a introdução do Sr. Presidente dizia respeito ao ponto 4, 5 e 6 e passou então de imediato a palavra à bancada do PS, Pedro do Canto.

**Pedro do Canto (PS):** Disse que a sua bancada estava de acordo com a forma como a Junta de Freguesia devia agir em relação ao pequeno comércio e à isenção de taxas, mas do ponto de vista orçamental, tinha havido um apoio extraordinário da própria Câmara Municipal, e importava referir isso, se não se enganava, eram 25.000,00€, que visavam também apoiar as Juntas de Freguesia por causa desta questão da isenção das taxas. Por outro lado, havia uma coerência da parte da sua bancada, obviamente, porque também concordavam e apoiavam a medida do Executivo Municipal em isentar também taxas da própria Câmara Municipal. Mas, estando de acordo e sem nada a obstar, iriam votar favoravelmente, desde que se acrescentasse que era até ao final do ano, que, aliás, tinha sido algo que também já tinham referido na última Assembleia, devendo ser trabalhado e discutido em cada Assembleia, para se perceber realmente como é que estava a situação.

O Sr. **PMAF** passou então a palavra à bancada do CDS-PP, Célia Duarte.

**Célia Duarte (CDS-PP):** Disse concordar com a proposta da bancada do PS, que ia de encontro ao que tinha sido também a proposta da sua bancada, que inicialmente até tinha proposto até final de 2020 mas que tinham todos decidido reavaliar em Setembro. Como tal, também a sua bancada iria votar favoravelmente desde que se colocasse a data do término desta medida.

O Sr. **PMAF** passou então a palavra ao Sr. PJF, para responder às questões colocadas.

O Sr. **PJF** admitiu haver um lapso na proposta apresentada e aproveitava para incluir, a seguir ao último parágrafo, "nesta freguesia até ao final do ano 2020" e concordava que era uma salvaguarda.

Relativamente à questão colocada pelo eleito Pedro do Canto sobre o apoio financeiro da Câmara Municipal, disse ser verdade que a Junta tinha recebido 25.000,00€ para apoio ao Covid, mas até ao preciso momento já tinham gasto 24.573,23€, tudo Covid, nada em outras áreas. Toda a verba estava a ser aplicada única e exclusivamente com as medidas de prevenção e segurança Covid. A Junta estava a ter algumas dificuldades, especialmente com a aquisição de máscaras, já que todos os dias se gastavam cerca de 40 a 50 unidades e o mesmo se passava com o gel e com as luvas, que aliás chegaram a estar esgotadas no mercado durante um mês, obrigando a funcionar sem elas. Concluiu, dizendo que os 25.000 de apoio ao Covid da Câmara já tinham esgotado só com o apoio.

O Sr. **PMAF** tendo em conta que nenhuma bancada tinha pedido para intervir, passou de imediato à votação dos pontos 4, 5 e 6, uma vez que todos eles eram passíveis de votação e para que resultasse claro, a isenção deveria ser reapreciada na sessão ordinária de dezembro, uma vez que tem o seu término a 31 de dezembro de 2020, insistindo para ficar registada esta indicação, que não constava mas que todas as bancadas tinham manifestado concordância em face deste prazo. Contabilizou 12 votos favoráveis, ou seja, foi aprovada por unanimidade. O Ponto 4, que diz respeito à isenção do pagamento de taxas de publicidade e ocupação da via pública; o Ponto 5 que diz respeito à isenção de cobrança de renda até ao final do ano, no âmbito do surto Coronavírus/ Covid-19; e o Ponto 6 - isenção de pagamento de taxas no mercado retalhista, também no âmbito do novo Coronavírus/ Covid-19.

----- **PONTO SETE – ALIENAÇÃO DE PATRIMÓNIO – ABERTURA DE CONCURSO PARA VENDA DE CARRINHA CAIXA ABERTA E DUMPER OU AUTORIZAÇÃO DE ABATE**-----

O Sr. **PMAF** passou a palavra ao Sr. **PJF** Sr. Presidente da Junta, para que fizesse a introdução do ponto Nº 7, Alienação do Património.

O Sr. **PJF** explicou que, como era sabido por todos porque tinha sido proposta em Assembleia e tinha havido a concordância de todos, tinha sido adquirido um dumper que se aguardava que a IVECO fizesse a entrega da viatura (mais moderna e com básculas para que o lixo fosse despejado automaticamente), ficando assim a Junta com um dumper para vender à mais alta licitação em carta fechada que apresentem ou para abate se não houver interessados.

O Sr. **PMAF** disse que dado não ter nenhuma inscrição para intervir, passaria de imediato à votação o que aconteceu com a aprovação por unanimidade com os 12 votos favoráveis dos eleitos e eleitas.

Nada mais havendo a tratar, o Sr. **PMAF, Fábio Mousinho Pinto**, declarou encerrada a sessão, sendo que a ata em minuta (*vide infra*) foi colocada à votação, aprovada por unanimidade sendo depois assinada pela Mesa (Presidente e Secretários).-----

-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----

**ATA EM MINUTA (sessão realizada por videoconferência)**

- Ponto Nº 2 da Ordem de Trabalhos: Alteração no regulamento de trânsito.
  - Na discussão, intervieram Leonor Alves;
  - Após a discussão deste ponto, o Sr. Presidente da Assembleia de Freguesia colocou o assunto em apreço à votação, obtendo-se o seguinte resultado: votos a favor, CDU 5, PS 4, Bloco de Esquerda 1, PSD Coligação Mais 1, CDS 1;
  - O Ponto Nº 2 da ordem de trabalhos foi aprovado por unanimidade pela Assembleia de freguesia de Vialonga.
  
- Ponto Nº 4 da Ordem de Trabalhos: Isenção de pagamento de taxas de publicidade e no âmbito do surto do Coronavírus/ Covid-19;
  - Na discussão, intervieram José António Gomes, Pedro do Canto, Célia Duarte;
  - Após a discussão deste ponto, o Sr. Presidente da Assembleia de Freguesia colocou o assunto em apreço a votação, obtendo-se o seguinte resultado: votos a favor, CDU 5, PS 4, Bloco de Esquerda 1, PSD/ Coligação Mais 1, CDS 1;
  - O Ponto Nº 4 da ordem de trabalhos foi aprovado por unanimidade pela Assembleia de Freguesia de Vialonga".
  
- Ponto Nº 5 da Ordem de Trabalhos: Isenção da Cobrança da Renda até final do ano no âmbito do surto Coronavírus/ Covid-19.
  - Na discussão, intervieram José António Gomes, Pedro do Canto, Célia Duarte;
  - Após a discussão deste ponto, o Sr. Presidente da Assembleia de Freguesia colocou o assunto em apreço a votação, obtendo-se o seguinte resultado: votos a favor, CDU 5, PS 4, Bloco de Esquerda 1, PSD Coligação Mais 1, CDS 1;
  - O Ponto Nº 5 da ordem de trabalhos foi aprovado por unanimidade pela Assembleia de Freguesia de Vialonga".
  
- Ponto Nº 6 da Ordem de Trabalhos: Isenção do Pagamento de Taxas do Mercado Retalhista no âmbito do surto Coronavírus/ Covid-19;
  - Na discussão, intervieram José António Gomes, Pedro do Canto, Célia Duarte. Após a discussão deste ponto, o Sr. Presidente da Assembleia de Freguesia colocou o assunto em apreço à votação, obtendo-se o seguinte resultado: votos a favor, CDU 5, PS 4, Bloco de Esquerda 1, PSD/ Coligação Mais 1, CDS 11;
  - O Ponto Nº 6 da ordem de trabalhos foi aprovado por unanimidade pela Assembleia de Freguesia de Vialonga".
  
- Ponto Nº 7 da Ordem de Trabalhos: Alienação de Património, Abertura de Concurso para Venda de Carrinha de Caixa Aberta e Dumper com Autorização de Abate;
  - Na discussão, intervieram José António Gomes.
  - Após a discussão sobre este ponto, o Sr. Presidente da Assembleia de Freguesia colocou o assunto em apreço à votação, obtendo-se o seguinte resultado: votos a favor, CDU 5, PS 4, Bloco de Esquerda 1, PSD/ Coligação Mais 1, CDS 1;
  - O Ponto Nº 7 da ordem de trabalhos foi aprovado por unanimidade pela Assembleia de Freguesia de Vialonga.

